

EDITORIAL



Cidades e arquiteturas afrodiaspóricas

Céline Veríssimo

DAMG/UPT, PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

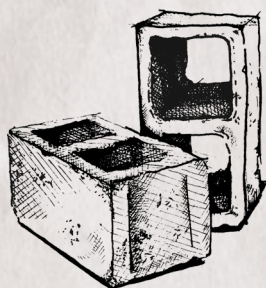
João Soares Pena

¡DALE! / UFBA, UNEB

Murad Jorge Mussi Vaz

¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA, DEAAU / UTFPR





Este é o volume 2 do Dossiê Cidades Africanas, da revista Laje, vinculado ao grupo de pesquisa Decolonizar a América Latina e seus Espaços (iDALE!), sediado na UFBA. Intitulado Cidades e arquiteturas afrodiaspóricas, dá continuidade à discussão iniciada no primeiro volume, Cidades e arquiteturas na África, deslocando a atenção para territórios afrodiaspóricos no Brasil e na Jamaica. Os debates empreendidos por autores e autoras tensionam e, ao mesmo tempo, desnudam variados processos de enfrentamento, resistência, apagamentos, permanências e (re)invenção afrodiaspóricos, no contexto da colonialidade/modernidade.

Não é possível fazer essa discussão se não a situarmos geo-historicamente, ou seja, se não tivermos como elemento de referência a emergência do projeto colonial europeu que, não apenas mudou a geografia do mundo, mas que, sobretudo, apresentou a Europa como uma centralidade pretensamente universal, com base em dominação e destruição de outros povos, bem como exploração e espoliação de corpos e territórios nos quatro cantos do mundo.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1999; 2005) já mostrou como o projeto colonial se efetivou. A partir da construção social da ideia de raça, europeus, a partir do encontro com os povos ameríndios, subjugarão outros povos, incluindo os africanos, acionando tropos de hierarquização/classificação social pelos quais habitam o que ele chamou de zona do não-ser. Esta zona do não-ser diz respeito à desumanização sofrida pelos negros (e também outros grupos alocados fora da branquitude) a partir do processo de colonização da América e, especialmente, do tráfico de homens e mulheres da África para aquele continente na condição de escravizados. Estima-se que, entre 1514 e 1866, mais de 12 milhões de africanos e africanas tenham sido sequestrados e trazidos para o

L**A****J****E** v.2 n.1
p. 8-19
2023

ISSN: 2965-4904

continente americano (ZORZETTO, 2020), dentre os quais cerca de 5 milhões tiveram o Brasil como destino.¹ Esses africanos e africanas, e seus descendentes, já do lado de cá do Atlântico, foram responsáveis pela construção do novo mundo e pela produção de riqueza que encheu os cofres de colonizadores, sejam daqui ou da Europa. Sim, o trabalho braçal e os conhecimentos tecnológicos e científicos couberam àqueles e àqueles de quem elites brancas destituíram de humanidade e, após a abolição da escravidão, se tem tentado eliminar e invisibilizar a todo custo.

O projeto de domínio e subjugação dos colonizadores sobre pessoas negras envolvia múltiplas dimensões de dominação, entre as quais um processo de epistemicídio, ou seja, a negação do conhecimento produzido pelos grupos dominados e também da sua constituição enquanto sujeito de conhecimento. Isto constitui um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial (CARNEIRO, 2005, 96), pois nega a riqueza cultural e epistemológica dos dominados, impondo-lhe os valores dos dominadores, dos brancos, os quais seriam, supostamente, os detentores únicos do saber na sua visão de mundo. Apesar disso, os povos negros foram e têm sido capazes não só de preservar sua cultura porém não sem perdas e muito sofrimento, mas também de construir novas possibilidades de vida e expressão cultural. É claro que isto foi resultado de processos de resistência, enfrentamentos e também de muito sangue derramado.

Vale ressaltar que tentativas de apagamento da herança africana, no Brasil, de modo geral, e, particularmente nas cidades, continuam ocorrendo. A despeito da política urbana brasileira não ser orientada pela preocupação com a população negra, menos ainda com a sua cultura, os múltiplos desdobramentos que as intersecções entre os povos originaram e continuam a originar produzem saberes e formas de ser altamente sofisticadas, nas mais variadas expressões culturais e espaciais, combatendo e revertendo os valores moderno/coloniais excludentes sustentados pela branquitude. Esse processo de apagamento atravessa e é atravessado pelas dimensões de compreensão e narrativas históricas nas múltiplas espacialidades, corporeidades e subjetividades da africanidade urbana e rural no mundo.

Entre os inúmeros exemplos que poderíamos trazer, cabe pensar sobre o Museu do Amanhã, há alguns anos inaugurado na área portuária do Rio de Janeiro, cujo projeto foi assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Como o próprio nome diz, o museu se projeta para o futuro, porém sem olhar para trás, pois ali perto está o Cais do Valongo, considerado o maior porto receptor de africanos traficados para a América. O museu se tornou o grande ícone da zona portuária, invisibilizando a memória

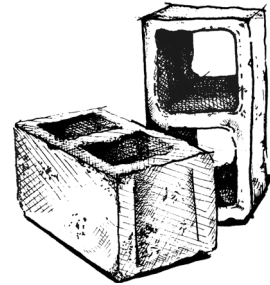
da diáspora africana e do Brasil, além de não considerar as múltiplas apropriações cotidianas, de toda a área em questão, pela população que residia e foi removida das imediações. Vassallo e Cicalo (2015) afirmam, inclusive, que num primeiro momento do Porto Maravilha, iniciado em 2010, o patrimônio afrodescendente da localidade não entrava na pauta, então focado em projetos como o do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio. A inclusão da memória negra no projeto de revitalização da área portuária só foi possível em razão da articulação de acadêmicos e ativistas negros. Este é só um dos casos em que a permanência e/ou o resgate da herança africana em nossas cidades não se dá simplesmente pelo reconhecimento de sua importância pelos governantes, mas pela incansável luta do povo negro.

Como conta Conceição Evaristo (2015), "apesar de eles terem combinado de nos matar, a gente combinamos de não morrer". Não se trata, aqui, apenas da morte em uma perspectiva ontológica, mas também da morte por epistemicídio, apagamento da herança africana nas cidades e outras dimensões sociais, constitutivas da sociedade brasileira. No atual contexto de crise e de aumento do número de famintos no Brasil, acirrando ainda mais as dificuldades históricas do povo negro que habita o quarto de despejo das cidades brasileiras, como definiu a escritora Carolina Maria de Jesus (2014), é preciso não apenas compreender como o racismo tem determinado o funcionamento da sociedade e legitimado conhecimentos, mas também sistematicamente eliminado, subjetiva e fisicamente, formas de vida e existência: nos becos e vielas, nos morros e no asfalto, diariamente. Por isso, parece-nos importante e urgente fortalecer formas históricas e contemporâneas de resistência, além de construir novas estratégias de enfrentamento às violências perpetradas pelo racismo, pelo patriarcado e pela colonialidade.

É nesse sentido que se desenvolvem tanto o dossiê como um todo quanto o presente volume, especificamente. Buscamos somar esforços àqueles e àquelas que têm se dedicado ao resgate e à valorização das contribuições do povo negro ao campo de arquitetura e urbanismo e à produção da cidade, de atividades culturais e de conhecimento no Brasil e em outros contextos afrodiáspóricos. Cada um dos textos neste volume contribui com uma reflexão crítica e aprofundada para a temática.

Dedicamos este volume a Antonia dos Santos Garcia, mulher negra intelectual e ativista brilhante que nos deixou durante o processo de organização do dossiê e que contribui in memoriam com um artigo. Abre o dossiê um "memorial" intitulado Antonia dos Santos Garcia: teoria e práxis feminista ao vivo e a cores, de autoria coletiva das integrantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Uni-

versidade Federal da Bahia (UFBA). As autoras contam a trajetória de Antonia Garcia, desde seu nascimento na cidade de Cachoeira, na Bahia, passando pelo ativismo nos movimentos sociais urbanos, pela política partidária e por sua atuação como acadêmica, com passagem por universidades na Bahia e no Rio de Janeiro. Com uma atuação ancorada na teoria e na práxis feminista e na luta antirracista, Antonia dos Santos Garcia deu grandes contribuições para a política partidária e movimentos de base, bem como para os estudos de sociologia urbana, preocupando-se com as relações entre desigualdades, raça, gênero e cidade.



Este volume segue com a seção de entrevistas. O conjunto escolhido contempla diversas dimensões constitutivas de arquiteturas, territórios, corpos e sujeitos afrobrasileiros. São narrativas construídas a partir da academia, de movimentos sociais sujeitos e coletivos que perfazem caminhos de visibilização, lutas e resistências históricas e contemporâneas a partir de rumos tomados da ancestralidade às intersecções contemporâneas. A primeira entrevista, intitulada, "Arquiteturas e cidades no Atlântico Negro, raízes africanas e (re)invenções na diáspora", foi realizada em 2021, a partir do envio de perguntas por e-mail e por nós, Céline Veríssimo, João Pena e Murad Vaz, ao arquiteto e urbanista e professor do PPG-AU/FAUFBA Fábio Macêdo Velame. Em suas respostas, ele fala de sua trajetória profissional e acadêmica, sempre preocupada com as questões étnico-raciais. Sendo um dos mais proeminentes nomes quando se trata de arquiteturas afro-brasileiras, Velame tem se dedicado à questão dos terreiros de candomblé na Bahia, realizando importantes trabalhos em parceria com diversas instituições, visando a sua preservação e seu registro como patrimônio. Suas contribuições para o ensino de arquitetura passam pela inclusão, na última década, das primeiras disciplinas que discutem questões étnico-raciais em arquitetura e urbanismo na graduação e na pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Além disso, o grupo de pesquisa que coordena, o EtniCidades, realiza anualmente um seminário voltado às questões étnico-raciais em arquitetura e urbanismo, promovendo diálogo com pesquisadores nacionais e internacionais. Velame também conta sobre seus projetos atuais, as parcerias que tem estabelecido com universidades africanas e, por fim, diz acreditar que é possível descolonizar a arquitetura e o urbanismo, mas considerando que será um processo longo, que requer a implementação de mais políticas antirracistas.

Na sequência, Nega (Marizélia Carlos Lopes), militante do Movimento Nacional de Pescadoras e liderança quilombola da Ilha de Maré, na Bahia, é entrevistada pelas geógrafas e pesquisadoras Francine Cavalcanti (POSGEO/UFBA) e Paula Regina de

Oliveira Cordeiro (UNEB, POSGEO/UFBA) e pela arquiteta e urbanista e pesquisadora Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira (RAU+E, EtniCidades/UFBA), mostrando o quanto que corporifica as lutas empreendidas cotidianamente por comunidades quilombolas, sejam urbanas ou rurais. Pelo Direito ao Território afrodiaspórico - a especificidade pedagógica da luta quilombola de Ilha de Maré, Salvador, Bahia reflete sobre a consistência de lutas de longa duração para a manutenção de modos de vida que se vinculam diretamente às especificidades do território, da ancestralidade, do corpo e do lugar. A entrevista é dividida em quatro eixos: 1) Identidade quilombola e território: sujeito individual e coletivo ancestral; 2) Corpo-política, da luta pelo Direito ao Território: organização social X conflitos histórico-sócio-ambientais; 3) Limites da institucionalidade diante do racismo estrutural do Estado brasileiro; 4) Leitura de conjuntura e caráter pedagógico da luta quilombola da Ilha de Maré. Constitui-se, pois, em uma potente reflexão crítica e política sobre os tensionamentos entre o racismo estrutural, perpetrado inclusive pelo Estado brasileiro, e formas-outras de existência conduzidas por povos afro-brasileiros.

Fechando a seção, seguimos com uma entrevista com outra liderança negra, desta vez de Ouro Preto, em Minas Gerais. Dú Evangelista, engenheiro civil e líder do Movimento Outro Preto, foi entrevistado pessoalmente pelo arquiteto, urbanista, pesquisador do iDALE! e docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Rodrigo da Cunha Nogueira. Ao longo de seu relato, Evangelista não só denuncia a colonialidade histórica de Ouro Preto, que persiste até os dias de hoje na invisibilização, na marginalização e na segregação espacial da população afrodescendente, mas sobretudo revela o quanto o patrimônio arquitetônico e urbano da região que é tombado pela UNESCO como atribuído à colonização portuguesa é resultado de conhecimentos tecnológicos, científicos e sociais trazidos pelas pessoas africanas escravizadas. Na luta contra esse epistemicídio histórico, o ativismo do Movimento Outro Preto mostra uma outra Ouro Preto, de matriz africana, através da Mina Du Veloso, entre muitas outras iniciativas que visam a desconstruir o racismo e ressignificar os conhecimentos advindos da herança africana nas áreas de engenharia, arquitetura, urbanismo e organização do trabalho nos canteiros de obras, que têm sido apagados da história.

Neste volume, a seção de "artigos" nos conduz por múltiplas narrativas, referenciais, contextos e territórios que contemplam diversas corporeidades e espacialidades que se expressa em lutas, heranças, contribuições simbólicas e culturais, constituindo resistências ao racismo estrutural que nos atravessa de múltiplas formas.

No artigo A presença negra no interior paulista - Brasil, a arquiteta, urbanista e pesquisadora Joana D'Arc de Oliveira e o graduando em arquitetura e urbanismo Victor Menck, ambos do IAU/USP, nos levam a refletir sobre a presença negra nas cidades do interior paulista. A partir de um referencial teórico interdisciplinar, traçam um histórico da trajetória das populações negras nos municípios de São Carlos e Americana, em São Paulo, resgatando e apresentando as alternativas e as formas múltiplas que a população negra historicamente tem criado para se apropriar do espaço urbano, concebido para lhes marginalizar. Com base em uma leitura sobre a consolidação espacial de tais municípios, buscam desnudar, a partir da dimensão do território, enfrentamentos sociais, políticos e econômicos, entre outros, que se espacializam e formam espaços de disputa. Como a autora e o autor nos mostram, através da resistência, negras e negros têm ressignificado e africanizado suas trajetórias em organizações familiares que se empenharam em preservar suas práticas culturais e religiosas em seus espaços habitacionais. Desta forma, pela prática e pela oralidade, as matrizes culturais, ancestrais e contemporâneas são mantidas em variadas manifestações, também nos espaços privados dos quintais negros urbanos.

Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do MALOCA/UNILA, em seu texto "Quem pode ser dono da morada de deuses? Terra, terreno, terreiro". O texto enriquece sobremaneira este dossiê, ao discutir interseções e contribuições da diáspora africana que tensionam dimensões que perpassam o direito, as práticas sociais e espaciais, as noções de patrimônio cultural, as existências e as cosmovisões que se espacializam em formas-outras, diversas das constituídas hegemonicamente. Seu olhar sobre conflitos impetrados no processo de tombamento da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, na Bahia, nos convida a refletir sobre a possibilidade de explorar outras compreensões, como por exemplo a contaminação recíproca entre nomos (o mundo normativo do Estado) e axé (o mundo normativo afroatlântico) que ocorrem no âmbito da corporeidade e da existência de múltiplos territórios afrobrasileiros em constante luta por reconhecimento e visibilização.

No artigo "Pontos riscados no chão: a presença da umbanda em Salvador, Bahia, Mayara Mychella Sena Araújo, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e Nayara Cristina Rosa Amorim, da pós-graduação em arquitetura e urbanismo desta mesma instituição, apresentam um levantamento dos terreiros de Umbanda em funcionamento em Salvador, na Bahia. Para isso, problematizam as diferentes inserções das autoras no universo da Umbanda para se explicitar o amalgamento entre o olhar externo e o olhar interno na compreensão desta religião de dimensões afrodiaspóricas, bem

como de suas ramificações, com vistas a relacioná-las com a produção do espaço urbano de Salvador. Ao longo do texto, as autoras dão especial atenção às lacunas na produção acadêmica e realizam uma listagem de diversos terreiros, levantados por meio de ferramentas on-line no momento do isolamento social em virtude da pandemia de covid-19.

Discute questões raciais e urbanas a partir de expressões artísticas o artigo "Novas raízes: ontologias jamaicanas da negritude, da África ao gueto", de autoria dos pesquisadores Wayne Modest e Rivke Jaffe, sediados nos Países Baixos, e traduzido por Carolina Maurity Frossard, professora brasileira da Universidade Livre de Amsterdã, também dos Países Baixos. O autor e a autora discutem a negritude como questão ontológica de fortes dimensões espaciais. Analisando a arte contemporânea e a música popular, argumentam que o local da negritude, como se imagina na Jamaica, começou a se deslocar da África para o gueto. Wayne Modest e Rivke Jaffe explicam que a Jamaica tem uma forte e longa consciência política negra, com movimentos sociais, religiosos, políticos e, acrescentamos, artísticos que se voltam às questões raciais. Modest e Jaffe apresentam brevemente as abordagens artísticas jamaicanas nos períodos colonial e pós-colonial e a importância da África nesses trabalhos. A partir da análise de exposições artísticas ocorridas nas últimas décadas, apontam que artistas contemporâneos têm focado nos guetos jamaicanos, com abordagens que discutem desigualdades através de uma lente interseccional que está atenta a classe, gênero, sexualidade e espaço urbano. Também apontam que a música contemporânea dancehall tem recebido um interesse maior pelos guetos, o que tem relação tanto com a desilusão com a política interna do país quanto com o intercâmbio com a cultura afro-americana. Por fim, afirmam que esses aspectos como um novo tipo de movimento e re-enraizamento da negritude jamaicana.

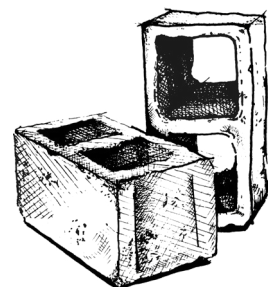
Antonia dos Santos Garcia (in memoriam), professora, intelectual, ativista e pesquisadora do NEIM/UFBA, em seu necessário artigo crítico "Cidade, relações de gênero e raça: Salvador, o direito à cidade e os movimentos sociais", conduz diversas discussões convergentes às questões empreendidas neste dossiê. Aborda a capital baiana, exemplar na formação de cidades brasileiras, na qual as desigualdades raciais têm sido historicamente orientadas por múltiplos fatores e com desdobramentos socioespaciais contundentes. Para tanto, Garcia resgata tanto dados de escolaridade, com recorte de raça e gênero, quanto um olhar afrocentrado em termos de filosofias e epistemologias, buscando tensionar a hegemonia da mulher única, que inviabilizou a luta das mulheres negras das senzalas às favelas, refletindo sobre as contradições

urbanas e dos movimentos urbanos, históricos e contemporâneos, indissociáveis das violências do patriarcado, do capitalismo e do colonialismo. Assim, a partir da consolidação do feminismo negro e popular, a autora nos apresenta um estímulo à busca de novos caminhos, novas epistemologias e novos paradigmas que compreendam a pluralidade do social”.

Na sequência, temos a seção de “ensaios”, que se inicia com o potente e poético trabalho visual Orixás: virações cotidianas, do antropólogo e pesquisador do MALOCA/UNILA Maurício dos Santos. Suas potentes fotografias, com múltiplos retratos de cotidianidades, nos conduzem por uma Salvador-Cidade Terreiro. As imagens provêm de um trabalho de campo feito junto aos povos de terreiro na cidade, dos quais as gentes, os territórios e os lugares traduzem a terreirização do Brasil nas lidas diárias de improváveis orixás, nas palavras do autor. Seu ensaio tensiona, então, as narrativas convencionais sobre cidades brasileiras, permitindo que, a partir da capital baiana, a herança e a presença afro-brasileiras sejam evidenciadas.

O segundo ensaio chama-se Sentir, viver e fazer (n)a cidade negra: cosmopercepções e epistemologias negras acerca e desde o Engenho Velho da Federação, Salvador BA, do arquiteto e urbanista Luis Guilherme Cruz Pires, discute os laços entre Brasil e África a partir de um bairro negro na capital baiana. É o resultado do Trabalho Final de Graduação (TFG) na FAUFBA. O autor traz belas imagens que se integram à narrativa sobre o Engenho Velho da Federação. A discussão se baseia na tríade Terreiro Caminho Encruzilhada, adotada como dispositivo conceitual e analítico para se debruçar sobre tal território afrodiaspórico. Essa tríade tem importância tanto nas religiões de matriz africana, notadamente o candomblé, quanto na morfologia urbana do bairro. A partir de uma imersão sensível nesse bairro negro, o autor revela a importância da cultura negra na dinâmica local e nas práticas espaciais. Ele também relata sua necessidade de renascer como arquiteto e urbanista, in-corporando valores e práticas afrodiaspóricos e ancestrais para enxergar a cidade negra para além da perspectiva eurocêntrica. Por fim, o ensaio evidencia a importância dos terreiros de candomblé que, além de lugares de resistência, acolhimento e trocas, constituem a alma da cidade negra.

Para este volume, escolhemos para a seção de “resenhas” a obra Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: O Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Egum no Brasil, de autoria de Fábio Macêdo Velame. Em sua consistente leitura crítica, intitulada “Travessias em Ponta de Areia: um mergulho profundo de poder ancestral enraizado na arquitetura do Omo Ilê Agboulá, a ialorixá e mestrandia da UNEB, Thiffany Odara



Lima da Silva, recupera e traz aos leitores e leitoras as variadas contribuições tanto do trabalho de pesquisa de Velame especificamente sobre o terreiro Omo Ilê Agboulá indo além de sua dimensão física, mas apresentando estratégias de sobrevivência e resistência, constituindo-se peça imprescindível em seu processo de tombamento, quanto, em um espectro mais amplo, da discussão sobre a contribuição urbanística, arquitetônica e histórica dos povos afro-brasileiros, negada e minorada pela atuação do racismo e do epistemicídio. Nas palavras da autora, o livro é um bálsamo ancestral para entabular os estudos afrodiaspóricos e africanos no Brasil.

Ainda são muitas as questões a serem abordadas e, inclusive, formuladas. Ainda há muitas lutas a serem travadas e múltiplas são as camadas de colonialidade que nos subjugam. Através deste volume, que trata da diáspora, desejamos a todas e a todos que o contato e as reflexões a partir de suas contribuições nos motivem a avançar um pouco mais no combate ao racismo que estrutura a sociedade e, conseqüentemente, se manifesta no campo de arquitetura e urbanismo. Esperamos que, a partir das reflexões e das interseções resultantes dessa leitura, possamos percorrer e construir outras abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas.

Notas

¹Cf.: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Referências

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2005.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! **Ecuador Debate**, n. 48, p. 141-151, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. in: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires:CLACSO, 2005, p. 117-142.

VASSALLO, S.; CICALO, A. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, ano 21, n. 43, p. 239-271, 2015. 2022.

ZORZETTO, R. **América, mosaico africano**. Pesquisa FAPESP, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/america-mosaico-africano/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

